



Sindicato dos trabalhadores nas indústrias metalúrgicas, mecânicas e materiais elétricos de Birigui

“Em busca de respeito e cidadania a todos os trabalhadores”



Sindicato dos trabalhadores nas indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de  
Material Elétrico de de Birigui-SP.

**SINTRAMEB**



**Negociações coletivas  
2025/2026**

**SINDIMAQ/SINAEES**

**BIRIGUI - SP**



Sindicato dos trabalhadores nas indústrias metalúrgicas, mecânicas e materiais elétricos de Birigui

"Em busca de respeito e cidadania a todos os trabalhadores"



## APRESENTAÇÃO

Esta é a Pauta de **Reivindicações da Campanha Salarial** do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de birigui, com cláusulas **econômicas e sociais** para o ano de **2025/2026**.

"A presente pauta resulta de amplo diálogo com a categoria, contemplando as demandas e expectativas manifestadas pelos trabalhadores e trabalhadoras. Seu conteúdo expressa as prioridades estabelecidas para o próximo período e objetiva harmonizar os interesses dos empregados com a manutenção da solidez econômica das empresas."

Renovamos nossos agradecimentos aos representantes da bancada patronal

"Reiteramos nossa convicção de que o processo negocial constitui o instrumento mais eficaz para assegurar um ambiente de trabalho justo, equilibrado e produtivo para todos."

**Pauta Reivindicações para CCT 2025/2026**

## Cláusulas Econômicas e Sociais

### Tópicos Reivindicatórios a serem observados

- **Reajuste Salarial:** Reposição integral da inflação medida pelo INPC/IBGE, acrescida de ganho real.
- **Valorização dos Pisos Salariais:** Atualização dos valores de piso remuneratório aplicáveis à categoria profissional.
- **Redução da Jornada de Trabalho:** Implementação gradual da diminuição da jornada semanal, em patamares a serem definidos em negociação, sem qualquer redução salarial.
- **Extinção da Escala 6x1:** Substituição definitiva da escala de trabalho 6x1.
- **Folga nos dias 24/12 e 31/12:** Concessão de abono de ponto nessas datas, considerando a localização de distritos industriais afastados da zona urbana, o difícil acesso ao transporte coletivo e o tempo de deslocamento dos trabalhadores provenientes de cidades vizinhas.
- **Licença Luto:** Concessão de 5 (cinco) dias consecutivos de ausência remunerada em caso de falecimento de cônjuge, companheiro(a), pais, filhos, irmãos ou sogros(as).
- **Participação nos Resultados (PPR).**
- **Acesso Sindical:** Garantia de acesso do sindicato às dependências da empresa para contato com os trabalhadores.
- **Cesta Básica / Vale-Compra.**
- **Regulamentação da Terceirização e demais formas de contratação.**
- **Prevenção e Combate a todas as formas de Assédio no ambiente de trabalho.**

**OBS: itens grifados deverão ser alterados conforme a negociação**

## ABONOS

As empresas concederão, em caráter excepcional e eventual, a seus empregados, um abono único correspondente a **x,xx% (xxxxxxxx)** do salário base vigente em 31/10/2025, a ser pago em **2 (duas) parcelas**, sendo a primeira de **X,00% (xxxxxxxx)** até o dia **10/12/2025**, e a segunda de **X,XX% (xxxxxxxx)** até o dia **20/12/2025**. O referido abono terá natureza indenizatória, **não se incorporando ao salário**, e observará o limite máximo de **R\$ xxxxx,00 (xxxxxxxxxxxxxx)**.

**Parágrafo Primeiro** – Farão jus ao abono previsto no caput apenas os empregados que mantiverem contrato de trabalho vigente em 31/10/2025 e que estiverem em efetivo exercício nas datas programadas para os pagamentos, respeitado o teto estabelecido.

**Parágrafo Segundo** – Alternativamente, as empresas poderão, a seu exclusivo critério, optar pela concessão de **aumento salarial de x,xxx% (xxxxxxxxxxxxxx)** a partir de novembro/2025, observando-se igualmente o teto salarial de **R\$ xxxxxxx,xx (xxxxxxxxxx)**. Nesta hipótese, a empresa estará desobrigada do pagamento do abono referido no caput desta cláusula.

## **02) AUMENTO SALARIAL**

Os salários nominais dos empregados integrantes das categorias profissionais ora convenientes, vigentes em 01/10/2025, serão reajustados, a partir de 01/01/2026, no percentual de **x,xx% (xxxxxxxxxxxxxxxxxx)**, observado o limite máximo de **R\$ xxxxxxx,00 (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx)**.

**a)** Para os salários iguais ou superiores ao teto salarial de **R\$ xxxxxx,00 (xxxxxxxxxxxxxxxxxx)**, será aplicado, em 01/01/2026, sobre os salários vigentes em 31/10/2025, o valor fixo de **R\$ xxxx,x0 (xxxxxxxxxxxxxxxxxx)**.

**b)** As empresas que enfrentarem comprovadas dificuldades financeiras poderão recorrer às entidades sindicais convenientes (profissional e patronal) a fim de negociar ajustes diferenciados quanto à majoração salarial prevista nesta cláusula, inclusive para aquelas que adotem programas de Participação nos Lucros e Resultados (PLR).

**c)** Em razão da presente cláusula de Aumento Salarial, consideram-se quitados e encerrados, para todos os efeitos legais, os reajustes referentes ao período de 01/11/2024 a 31/10/2025, em conformidade com a legislação vigente.



d) A presente Convenção Coletiva de Trabalho não contempla a concessão de qualquer outro abono, ressalvado o abono único especial previsto na Cláusula nº 1, itens 1.a, 1.b, 1.c e 1.d.

e) Nas rescisões contratuais ocorridas entre novembro e dezembro de 2025, o percentual estabelecido na Cláusula nº 2 – Do Aumento Salarial será aplicado a partir de 01/11/2025, observado o disposto na Cláusula nº 3 – Compensações e na Cláusula nº 4 – Admissões após a Data-Base, não sendo devido, nestes casos, o abono único especial ajustado na Cláusula nº 1, itens 1.a, 1.b, 1.c e 1.d., cujo pagamento, se realizado, poderá ser compensado.

f) As empresas poderão, a seu exclusivo critério, optar pela concessão do aumento salarial de **x,xx% (xxxxxxxxxxxxxxxxxx)** já no mês de novembro/2025, respeitado o teto salarial de **R\$ xxxxxxxx,00 (xxxxxxxxxxxxxxxxxx)**. Nesta hipótese, estarão desobrigadas do pagamento do Abono Único Especial previsto na Cláusula nº 1, itens 1.a, 1.b, 1.c e 1.d., permanecendo, contudo, a obrigação de cumprimento integral das demais cláusulas da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

## 05) SALÁRIO NORMATIVO

Fica assegurado aos empregados abrangidos pela presente Convenção Coletiva de Trabalho o direito ao salário normativo, a partir de **01/01/2026**, observados os seguintes critérios:

a) Para cada estabelecimento que, em 31/10/2025, contava com até **100 (cem)** empregados da categoria, o salário normativo será de **R\$ x.xxx,xx (xxxxxxxxxxxxxxxxxx)** por mês;

b) Para cada estabelecimento que, em 31/10/2025, contava com **101 (cento e um) a 350 (trezentos e cinquenta)** empregados da categoria, o salário normativo será de **R\$ x.xxx,xx (xxxxxxxxxxxxxxxxxx)** por mês;

c) Para cada estabelecimento que, em 31/10/2025, contava com **mais de 350 (trezentos e cinquenta)** empregados da categoria, o salário normativo será de **R\$ x.xxx,xx (xxxxxxxxxxxxxxxxxx)** por mês.

**Parágrafo Primeiro** – Ficam excluídos da garantia prevista nas alíneas "a", "b" e "c" os menores aprendizes, nos termos da legislação vigente e da presente Convenção Coletiva de Trabalho.]

**Parágrafo Segundo** – Para as empresas que optarem pela aplicação do reajuste salarial no mês de novembro/2025, os valores dos pisos normativos previstos nesta cláusula terão vigência a partir da mesma data.

## 68) CONTRIBUIÇÃO PARA TREINAMENTO, REQUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, APOIO À RECOLOCAÇÃO DE PESSOAL, AÇÕES SÓCIO-SINDICAIS E PARA CONTRATAÇÃO DE SEGURO DE VIDA

### Alteração dos itens grifados após negociado.

O propósito da presente cláusula é o de constituir um pacote facultativo de benefícios que possam ser usufruídos diretamente pelos empregados e seus familiares, além de garantir e dar eficiência ao cumprimento de várias cláusulas sociais da presente Convenção Coletiva de Trabalho, com redução de encargos para as empresas.

**Parágrafo Primeiro:** Para os fins de treinamento, requalificação profissional, apoio à recolocação profissional, prática de ações sócio-sindicais (garantindo o cumprimento da Cláusula 57) e para contratação de seguro de vida (garantindo o cumprimento das Cláusulas 52 e 56), as empresas abrangidas pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, às suas expensas, contribuirão para os sindicatos de empregados signatários, conforme a seguir definido, com a quantia anual única de R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais) por empregado, quantia esta que deverá ser paga da seguinte forma:

- R\$87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos), até 13/1/2026, em favor do respectivo sindicato;
- R\$87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos), até 14/3/2026, em favor do respectivo sindicato;
- R\$87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos), até 11/4/2026, em favor do respectivo sindicato;
- R\$87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos), até 16/5/2026, em favor do respectivo sindicato;

**Parágrafo Segundo:** Os custos para a prestação dos serviços indicados no Parágrafo Primeiro desta cláusula deverão ser cobertos pela contribuição ali prevista.

**Parágrafo Terceiro:** O seguro deverá englobar morte natural, morte acidental, invalidez permanente total por acidente, invalidez permanente parcial por acidente e auxílio funeral, garantindo o cumprimento das Cláusulas 52 (INDENIZAÇÃO POR MORTE OU INVALIDEZ) e 56 (AUXÍLIO FUNERAL) da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

As coberturas serão as seguintes:

- a. Morte Natural: R\$10.000,00 (dez mil reais)
- b. Morte Acidental: R\$10.000,00 (dez mil reais)
- c. Invalidez Permanente Total por Acidente: R\$10.000,00 (dez mil reais)
- d. Invalidez Permanente Parcial por Acidente (Tabela SUSEP): até R\$10.000,00 (dez mil reais)
- e. Auxílio Funeral por morte por qualquer causa: R\$2.200,00 (dois mil e duzentos reais)

**Parágrafo Quarto:** A contratação da seguradora/corretora será feita diretamente pelos sindicatos profissionais, que deverão apresentar aos Sindicatos Patronais a comprovação de tal contratação, se assim restar formalmente solicitado.

**Parágrafo Quinto:** A empresa contratada pelos sindicatos profissionais para prestar os serviços de seguro deverá ser idônea, ter comprovada capacidade econômica e financeira, ser especializada neste ramo e estar devidamente registrada na SUSEP.

**Parágrafo Sexto:** O seguro ora previsto deverá beneficiar todos os empregados representados pelos sindicatos signatários, independentemente da data de sua contratação, desde que dentro da vigência do presente instrumento.

**Parágrafo Sétimo:** O seguro ora previsto terá vigência retroativa a partir de 1º de novembro de 2025.

**Parágrafo Oitavo:** Os sindicatos profissionais comprometem-se a fornecer aos Sindicatos Patronais signatários e às empresas ora representadas todas as informações necessárias para o acesso à seguradora/corretora, de modo a garantir a efetividade do presente benefício em caso de sinistros cobertos pelas presentes disposições.

**Parágrafo Nono:** Excluem-se da aplicação desta cláusula os empregados pertencentes a categorias profissionais diferenciadas e os que estiverem com os contratos de trabalho suspensos, bem como as empresas abrangidas pela presente CCT que cumpram, às suas expensas, as disposições das cláusulas 52, 56 e 57 deste Instrumento.

**Parágrafo Dez:** A presente cláusula constitui mera reprodução da deliberação das Assembleias realizadas pelos Sindicatos Profissionais, ficando convencionado que toda e qualquer divergência, necessidade de esclarecimento ou dúvida ou ações questionamentos ou investigações de ordem econômica, administrativa ou judicial deverão ser tratadas diretamente



Sindicato dos trabalhadores nas indústrias metalúrgicas, mecânicas e materiais elétricos de Birigui



“Em busca de respeito e cidadania a todos os trabalhadores”

os Sindicatos Profissionais signatários, bem como quaisquer ônus financeiros e/ou impostos incidentes sobre as referidas contribuições serão integralmente assumidos pelos Sindicatos Profissionais signatários, beneficiários, juntamente com os empregados, da contribuição mencionada, e que assumem toda e qualquer responsabilidade pela sua fixação, isentando os Sindicatos Patronais signatários, e as respectivas empresas representadas, de quaisquer ônus ou responsabilidades.

**Parágrafo Onze:** A contribuição ora prevista não terá natureza de salários para quaisquer fins de direito, não se incorporando à remuneração e não gerando qualquer reflexo trabalhista ou previdenciário.

### REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

Com o objetivo de reduzir os altos níveis de desemprego e a prática de elevado número de horas extras e com a finalidade de garantir ao trabalhador condições para que possa participar de cursos de aprimoramento profissional, assim como proporcionar maior tempo de convívio social e com seus familiares, a Jornada de Trabalho nas empresas representadas pelos sindicatos patronais signatários da presente Convenção Coletiva de Trabalho será reduzida **para 40 (quarenta) horas semanais**, sem redução dos salários, observados todos os demais direitos do trabalhador.

### CLAUSULA 55- AUSÊNCIA JUSTIFICADA.

- a) Além do disposto no artigo 473 e incisos da CLT (cônjuge, irmãos, pais, avós, netos ou filhos (mesmo adotivos), o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo no salário, descanso semanal remunerado, férias e 13º salário, até **5 (cinco) dias consecutivos**, nos casos de falecimento de sogro(a) e 2 (dois) dia nos casos de internação hospitalar do cônjuge ou companheiro(a), desde que coincidente com as jornadas de trabalho e mediante comprovação; **2 (dois) dia para acompanhamento de cônjuge** e/ou filho, e/ou dependente hospitalizado para fins cirúrgicos podendo optar pelo dia da internação hospitalar, dia da cirurgia ou dia da alta médica.



## 63) PARTICIPAÇÃO EM LUCROS OU RESULTADOS

### **Incluir :**

**a)** Todas as empresas integrantes da Categoria Econômica, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data da assinatura do presente instrumento, ficarão obrigadas a abertura de negociação para estabelecer Acordo Coletivo de Trabalho de Participação nos Lucros e/ou Resultados, com a participação obrigatória dos Sindicatos Representativos da Categoria Profissional, em atendimento ao disposto no art. 7º, inciso XI da Constituição Federal e da Lei nº 10.101 de 19 de dezembro de 2.000;

**b)** Nos casos em que houver a recusa das entidades sindicais profissionais de participar da negociação do Programa de Participação em Lucros ou Resultados, a empresa poderá negociar diretamente com a comissão de empregados e o Programa assim negociado terá plena eficácia jurídica.

Para empresas que não cumprirem a obrigação prevista no caput desta cláusula, fica estabelecido cláusula penal, com multa equivalente a **0x (xxxx) salário nominal** em favor do empregado.

Os empregados integrantes da comissão negociadora da Participação nos Lucros e/ou Resultados, gozarão de garantia de emprego e salário.

## 60) GARANTIAS SINDICAIS

### **a) Dirigente Sindical**

O dirigente sindical, no exercício de sua função, desejando manter contato com empresa de sua base territorial, terá garantido o atendimento pelo representante que a empresa designar. O dirigente sindical poderá fazer-se acompanhar de assessor quando o assunto a ser exposto referir-se a segurança e medicina do trabalho;

**Proposto:** O dirigente sindical, no exercício de sua função, desejando manter contato com a empresa de sua base territorial ou **com os seus trabalhadores, terá acesso garantido** às dependências dela.

### CESTA BÁSICA OU VALE-COMPRA

As empresas fornecerão mensalmente a todos empregados, inclusive aos afastados, sem qualquer critério e sem nenhum ônus, uma cesta de alimentos não perecíveis com os produtos e quantidades abaixo especificadas:

#### PRODUTOS QUANTIDADES

Arroz Tipo 1	10 Kg	Batata	4 kg
Açúcar refinado	10 Kg	Cebola	4 kg
Feijão Cariquinha	5 Kg	Alho	200 g
Óleo de soja	5 latas de 900 ml	Ovos brancos	3 dúzias
Farinha de mandioca torrada	2 kg	Manteiga	1 Kg
Macarrão com ovos	3 Kg	Leite em pó integral	1 kg
Sal	1 Kg	Carne de 1ª	10 kg
Café em pó papel laminado	4 Kg	Frango resfriado inteiro	10 kg
Farinha de trigo especial	4 Kg	Lingüiça fresca	5 kg
Biscoito maizena	4 pcts de 500 gr	Queijo mussarela fatiado	2 kg
Extrato, massa ou molho de tomate.	4 latas de 140 gr	Sabonete	8 un
Goiabada	2 latas de 700 gr	Papel Higiênico	16 rolos 30 mts.
Fubá	1 Kg	Creme Dental	4 tubos de 90 gr.
Leite condensado	4 latas	Sabão em pó	4 kg.
Salsicha	2 kg	Sabão em barra	6 un
Sardinha	4 latas de 135 gr	Água sanitária cândida	6 litros
Tempero completo	1 pote de 300 gr	Detergente	6 unidades 500 ml.

Com base nas cestas negociadas pelos Sindicatos, e no **padrão e quantidades estabelecidos pelo PROCON-SP**.

§ 1º - O Trabalhador poderá optar por receber Vale-Compra, com o valor facial compatível com o índice registrado pela FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) para adquirir os produtos acima descritos, desde que negociado com o Sindicato Representativo da Categoria profissional.

### Combate a todo tipo de Assédio no Local de Trabalho

#### SAÚDE MENTAL E PREVENÇÃO DE RISCOS PSICOSSOCIAIS

As empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho e os trabalhadores do setor metalúrgico reconhecem a saúde mental como um componente essencial da saúde e segurança no trabalho.

ortanto, as empresas se comprometem a implementar ações e medidas que visem à prevenção do adoecimento mental e à promoção de um ambiente de trabalho psicologicamente saudável.

### Avaliação e Gerenciamento de Riscos Psicossociais:

- a) As empresas deverão realizar a identificação, avaliação e controle dos riscos psicossociais presentes no ambiente de trabalho, conforme previsto no Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) da NR-1 e na Norma Regulamentadora 17 (NR-17) sobre Ergonomia.
- Esta avaliação deverá considerar fatores como:
- I. Organização do trabalho (ex: carga de trabalho, prazos, autonomia, jornada);
  - II. Condições do ambiente de trabalho (ex: ruído excessivo, falta de iluminação, repetitividade),
  - III. Relações interpessoais no trabalho (ex: assédio moral ou sexual, discriminação, suporte social);
  - IV. Cultura organizacional (ex: comunicação, reconhecimento, justiça).
- b) Os resultados das avaliações de riscos psicossociais deverão subsidiar a elaboração e implementação de planos de ação preventivos e corretivos, visando a eliminação ou minimização desses riscos.

### Promoção de um Ambiente de Trabalho Saudável:

- a) As empresas se comprometem a promover uma cultura organizacional que valorize o respeito, a comunicação transparente, o reconhecimento profissional e o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional dos trabalhadores.
- b) Serão incentivadas iniciativas de promoção da saúde mental, como palestras e campanhas de conscientização sobre temas relacionados ao bem-estar psicológico, gerenciamento do estresse e prevenção do burnout.

### Capacitação de Lideranças:

As empresas deverão promover a capacitação de suas lideranças para que possam identificar sinais de sofrimento psíquico em seus subordinados, atuar na prevenção de conflitos, oferecer retorno construtivo e direcionar os trabalhadores aos canais de apoio disponíveis.

### Canais de Apoio e Suporte:

- a) As empresas deverão disponibilizar e divulgar amplamente canais de apoio e recursos para a saúde mental dos trabalhadores, tais como:

- I. Programas de Assistência ao Empregado que incluam suporte psicológico confidencial;
- II. Acesso gratuito a serviços de psicoterapia e acompanhamento psiquiátrico, quando necessário, respeitando a privacidade e a confidencialidade.

b) É vedada qualquer forma de discriminação, estigmatização ou prejuízo profissional a trabalhadores que busquem apoio para questões de saúde mental.

#### Participação e Acompanhamento:

- a) A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (CIPA) terá papel fundamental no acompanhamento da implementação desta cláusula, podendo propor medidas e fiscalizar sua execução, bem como atuar na prevenção e combate ao assédio e à violência no trabalho.
- b) Será incentivada a participação dos trabalhadores na identificação de riscos e proposição de soluções, por meio de canais de comunicação seguros e confidenciais.

### **87)VIGÊNCIA**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho terá vigência para as cláusulas sociais pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, ou seja, de 1º de novembro de 2025 a 31 de outubro de 2026.  
para as cláusulas Econômicas pelo período de 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de novembro de 2025 a 31 de outubro de 2026.

Birigui-SP ,30 de Setembro de 2025.



**SINTRAMEB BIRIGUI**  
Marcelo Alexandro Becuzi  
PRESIDENTE